

## TRABALHO DOCENTE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O COTIDIANO DO PROFESSOR

Francisca Rodrigues Sampaio (UEVA)

[sharlianne\\_samp@hotmail.com](mailto:sharlianne_samp@hotmail.com)

Graduanda de Pedagogia (UEVA)

(Bolsista FUNCAP)

Marcos Adriano Barbosa de Novaes

Graduando de Pedagogia (UEVA)

(Bolsista FUNCAP)

Kátia Regina Rodrigues Lima (UEVA)

[kareli20042004@yahoo.com.br](mailto:kareli20042004@yahoo.com.br)

Dra. em Educação pela UFSCar

Professora do Curso de Pedagogia da UEVA

(Pesquisadora BPI- FUNCAP)

### RESUMO

O trabalho docente, conforme Kuenzer e Caldas (2009) está inscrito na totalidade do trabalho no capitalismo, permeado por suas contradições, e marcado pela dupla face dessa atividade. A relação dialética entre valor de uso e valor de troca faz da atividade humana, trabalho, algo que pode levar a autorrealização, à humanização ou à desumanização e ao sofrimento. No capitalismo, onde predomina a produção de valor de troca, o trabalho, e especificamente o trabalho docente, pode levar a comportamento de resistência ou desistência. A pesquisa analisa a natureza do trabalho no capitalismo, em particular o trabalho docente e suas implicações no cotidiano do professor. Trata-se de investigação bibliográfica referenciada em estudiosos da área de política educacional, trabalho e profissão docente, como Landini (2008), Kuenzer e Caldas (2009), Mancebo (2008), Oliveira (2011). No capitalismo o trabalho docente é realizado de maneira fragmentada e pragmática e resulta num processo de estranhamento e alienação. A partir da investigação realizada, concluímos que o trabalho é uma atividade fundante do ser humano e teleológica. Entretanto, na sociedade capitalista assume a dimensão de desumanização e alienação. Essa dupla face do trabalho também se expressa no trabalho docente. Este pode ser fonte de realização, de prazer, como tornar-se fonte de frustração e adoecimento físico e psíquico. A intensificação e a precarização do trabalho, impulsionadas pelas reformas e políticas educacionais produtivistas, trazem implicações para o cotidiano docente: perda de autonomia, rotinização das atividades, ampliação da jornada de trabalho, desenvolvimento de patologias, síndrome da desistência, dentre outros.

Palavras-Chave: Capitalismo. Trabalho. Trabalho Docente.

## **Introdução**

O trabalho docente, conforme Kuenzer e Caldas (2009), insere-se na totalidade do trabalho no capitalismo, permeado por suas contradições, e marcado pela dupla face dessa atividade. A relação dialética entre valor de uso e valor de troca faz da atividade humana, trabalho, algo que pode levar a autorrealização, à humanização e ao prazer ou à desumanização, a não realização e ao sofrimento. No capitalismo, onde predomina a produção de valor de troca, o trabalho, e especificamente o trabalho docente, em discussão nessa pesquisa, pode levar a comportamento de resistência ou desistência.

Kuenzer e Caldas (2009) destacam que é imprescindível refletir sobre os comportamentos de resistência e desistência. É nessa perspectiva que buscamos analisar a natureza do trabalho no capitalismo, em particular o trabalho docente e suas implicações no cotidiano do professor.

### **Marcos da Contrarreforma do Estado e da Educação nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva**

No Brasil, a partir da década de 1990, teve início um ciclo de contrarreformas fruto das transformações advindas do “processo de mundialização e acumulação flexível do capital” (OLIVEIRA e FERREIRA, 2011, p. 41), da reconfiguração do papel do Estado e da disseminação da ideologia neoliberal.

O governo de Fernando Henrique Cardoso efetivou a submissão do País à divisão do trabalho internacional, nos moldes das chamadas agências multilaterais e do Fundo Monetário Internacional-FMI, e o atrelamento ao sistema financeiro internacional.

A diminuição do Estado levou a um processo de desconstitucionalização dos direitos sociais inscritos em nome da busca pela competitividade no mercado internacional.

O processo de privatizações, desregulamentação, abertura comercial, levado a cabo, nos anos 1990 teve como consequência a desnacionalização vertiginosa da economia e a perda dos centros decisórios políticos.

Essas mudanças possibilitaram aos organismos internacionais, como o Banco Mundial, aos elaboradores e executores locais da contrarreforma, legitimar sua realização mediante o discurso de crise na educação superior brasileira. Conforme o discurso divulgado, a educação superior brasileira não atendia a demanda crescente, não preparava adequadamente para o mercado de trabalho e insistia no modelo universitário

que é oneroso e improdutivo. A orientação foi a quebra do modelo universitário e a diversificação institucional.

Foi realizado um reordenamento legal para dar suporte à contrarreforma educacional superior mediante à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394/96, das Diretrizes Curriculares para o ensino superior, dos decretos nº 2.207/97 e nº 2.306/97, e a tentativa de transformar as entidades de serviços do Estado em “organizações sociais”, entre as quais estão as universidades. O alvo principal foi as universidades federais que, transformadas em organizações, seriam regidas por um contrato de gestão. Deu suporte a essa medida a noção do público não estatal — espaço entre o Estado e o mercado — também chamado de terceiro setor. Este seria regido pela lógica empresarial, com parte do financiamento público e outra parte privada, adquirida mediante contribuições ou venda de serviços ao mercado.

A contrarreforma da educação superior no governo FHC, considerada a primeira geração de “reformas”, pois as “reformas” de segunda geração foram implantadas pelo governo Lula, efetivou-se mediante processo desenfreado de privatização e mercantilização da educação superior por meio da expansão do ensino superior no setor privado e pela indução das instituições de ensino públicas à captação de recursos no mercado e incorporação da lógica de gestão empresarial.

A segunda geração de reforma, levada à cabo pelo governo Lula da Silva não reverteu o cenário da educação superior da gestão precedente. A expansão no setor privado continuou no governo Lula, agora impulsionada com a transferência de recursos públicos para o referido setor por meio do Programa Universidade para Todos-PROUNI, que garante isenção fiscal aos empresários do ensino; e FIES, mediante empréstimos aos alunos para pagamento do curso superior privado.

Atualmente o setor privado conta com 2.100 instituições e o setor público com apenas 278, conforme o Censo de 2010, o que ilustra a privatização direta.

A diversificação institucional, apresentada como meta no Plano Nacional de Educação-PNE (2001-2010) torna-se uma realidade preocupante, pois significa a diluição da referência do modelo universitário que articula ensino-pesquisa-extensão.

O cenário da educação superior no Brasil expressa essa diversificação do sistema superior de ensino. O censo de 2010 indica que o país tem 2.378 instituições de ensino superior. Desse total, 2.188 são instituições não-universitárias, notadamente faculdades (2.025).

## **Trabalho Docente no Capitalismo Contemporâneo e o Cotidiano do Professor**

As transformações ocorridas na economia e no mundo do trabalho a partir dos anos 1970, configuraram novos regimes de trabalho, novas formas de contratação (terceirização, subcontratação etc.) e colocou muitos trabalhadores na informalidade. Além disso, com a promessa da empregabilidade — apresentada como a possibilidade de inserção, permanência ou reinserção num mercado de trabalho dinâmico e em constante transformação — novo perfil de trabalhador é exigido: amplo, generalista, flexível, produtivo, para atender às novas demandas do capital e ao novo paradigma tecnológico. Trabalhadores educados para a competitividade, para atuar em circunstâncias imprevisíveis, que vão desde o emprego temporário, passando pelo subemprego, até o desemprego.

O trabalho docente, asseveram Fernando Fidalgo, Auxiliadora Oliveira e Nara Fidalgo (2009), vem sentindo os impactos das mudanças ocorridas no setor produtivo com a reestruturação, com a implementação do Estado “mínimo”, a implementação do modelo de gestão flexível e a exigência do novo perfil de docente — competente, flexível e polivalente.

Os estudos sobre trabalho docente tem se evidenciado nas últimas décadas em virtude das reformas educacionais implementadas a partir da contrarreforma do Estado nos anos 1990, no Brasil, e do novo ordenamento jurídico, que teve como marco a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.

Nesse novo cenário, o professor é alçado à condição de protagonista do processo de reformas, o que acarreta, para esse profissional, maior responsabilização pelos resultados obtidos e a intensificação de seu trabalho.

O Brasil, de acordo com o Censo 2010, tem 345.335 funções docentes em exercício. Desse total, 130.789 estão no setor público e 214.546 no setor privado. O perfil docente tendo como referência o regime de trabalho e a titulação assim se expressa: No setor público, 80,2% possuem regime de trabalho de tempo integral; 12,9% em tempo parcial; e 6,8% são horistas. O setor privado concentra o maior número de professores em regime de trabalho horista, 48%; em tempo parcial são 28% dos docentes; e 24% trabalham em tempo parcial. Quanto a titulação, o Brasil tem, no setor público 49,9% de doutores, 28,9% de mestres e na categoria “com até especialização”, 21,2%. No quadro de titulação do setor privado, 43,1% têm mestrado; na categoria “com até especialização”, 41,5%; e com doutorado apenas 15,4%.

Estudos apontam (OLIVEIRA; AUGUSTO (2008); LANDINI (2008); que o trabalho docente dá-se em um quadro de excesso e precarização do trabalho, perda de autonomia intelectual, adoecimento docente (estresse, burnout, depressão), invasão do tempo da vida privada dos docentes, baixos salários, jornada de trabalho ampliada, evasão do magistério, subsunção do trabalho intelectual à lógica da produtividade com sistema de avaliação de desempenho utilizado como critério de premiação e/ou punição, contratos temporários.

Porém, de forma contraditória, ao docente é atribuído um papel de destaque no processo educativo e na formação dos educandos.

Delcor (apud LANDINI, 2008, p. 143) nos dá uma chave-interpretativa para analisar o quadro apresentado, ao discutir sobre o duplo caráter do trabalho:

Por um lado é fonte de realização, satisfação, prazer, estruturando e conformando o processo de identidade dos sujeitos; por outro, pode também se transformar em elemento patogênico, tornando-se nocivo à saúde. No ambiente de trabalho, os processos de desgaste do corpo são determinados em boa parte pelo tipo de trabalho e pela forma como esse está organizado.

Na concepção marxiana, o trabalho tem um caráter positivo pois, através dele, o homem age sobre a natureza produzindo sua existência e se alçando à condição de ser genérico. O trabalho é, portanto, a categoria fundante do ser humano. Marx e Engels (2002, p. 15) asseveram que é por meio dessa atividade teleológica que podemos distinguir os homens dos animais.

Podemos distinguir os homens pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

Entretanto, no capitalismo, o trabalho assume sua negatividade de forma mais acentuada, torna-se atividade estranhada, alienada. Nesse processo, enfatiza Marx (2010, p. 80):

O trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

No caso do trabalho docente, Mancebo (2008, p. 8) identifica semelhante processo e destaca que:

o processo também se instala contraditoriamente de modo que, ao lado da possibilidade de os docentes organizarem autonomamente suas práticas e definirem os meios para a consecução de seus objetivos, assiste-se também à imposição, dentro das escolas, de um processo gerencial de trabalho que tem levado progressivamente à perda de autonomia, à desqualificação e à perda do controle do processo quanto do produto do trabalho.

O trabalho é realizado de maneira cada vez mais fragmentada e pragmática, o que resulta num processo de estranhamento e alienação. O professor perde a autonomia frente ao seu trabalho deixando de se autorrealizar no que faz. Ocorre um processo de precarização do seu trabalho, tendo em vista a intensificação do mesmo com o acúmulo de atividades e a realização de diversos serviços ao mesmo tempo (polivalência). Com isso, o trabalho que deveria ser prazeroso, torna-se sinônimo de estresse e frustração. Aquilo que era para ser uma atividade fundamental para a humanização passa a ser realizada com a finalidade de mostrar resultados, produtividade e funcionalidade.

Pesquisas, como a realizada por Landini (2008), apontam que a saúde dos professores brasileiros encontra-se em risco permanente e que muitos são os fatores que contribuem para o agravamento desse quadro: o tipo de atividade exercida, a precarização a intensificação desse trabalho, a sobrecarga de burocracia e, o principal, a perda de autonomia. Vários são os tipos de sintomas que evidenciam problemas de saúde desenvolvidos pelos professores pelo excesso de trabalho — psicossomáticos e defensivos — que desencadeiam a evasão da docência. Esse cenário é prejudicial aos docentes, mas também aos discentes que perdem a colaboração que estes profissionais podem oferecer.

Nesse cenário, de afastamento de condições autônomas de trabalho, de intensificação das tarefas dos professores, de processo de avaliação centralizado dá-se um processo de estranhamento, de alienação.

### **Conclusões**

A literatura que serviu de aporte teórico indica que há uma desvalorização da educação por meio da precarização do trabalho docente, da retração de investimentos na área e concomitante aprofundamento das exigências no plano educativo. A falta de condições adequadas e dignas de trabalho, aqui entendida na concepção defendida por Kuenzer e Caldas (2009), diz respeito ao conjunto de meios necessários para a realização, a contento, do trabalho, ou seja, infraestrutura, material didático, valorização

social e salarial, dentre outras, agravam mais a situação. A ausência dessas condições acaba por trazer como consequência o adoecimento dos profissionais e contribui para que uma parcela do professorado pense em abandonar ou efetivamente abandone o magistério.

Consideramos que as atuais políticas educacionais que têm por base um caráter mercadológico atuam como óbices ao trabalho docente e à sua autonomia, expondo o docente a uma situação de contradição entre as exigências postas e as reais condições de trabalho.

O sofrimento no trabalho já não é novidade, no entanto, nas últimas décadas a intensificação e a precarização do trabalho, impulsionadas pelas reformas e políticas educacionais orientadas pela lógica empresarial e produtivista, tornaram-se mais evidentes, bem como as suas implicações no cotidiano docente e escolar: perda de autonomia, rotinização das atividades pelo excesso de burocratização, controle externo dos resultados da escola mediante testes padronizados, ampliação da jornada de trabalho do professor, desenvolvimento de patologias, síndrome da desistência, dentre outros.

A escola, analisada na perspectiva dialética, é um campo de disputa, lugar permeado de contradições. Assim, é condição *sine qua non* para a garantia da efetivação da função social da escola e da educação, enfrentar coletivamente as condições objetivas e os graves obstáculos e desafios postos ao trabalho docente buscando formas concretas de superá-los.

## **Referências**

BRASIL. **Censo do ensino superior de 2010**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> Acesso em: 11 de dezembro de 2011.

FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha. Apresentação. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha. **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

KARL, Marx. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. (Tradução de *Ökonomisch-philosophische manuskripte*).

KUENZER, Acácia Z.; CALDAS, Andrea: Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M., FIDALGO,

Nara Luciene Rocha (Orgs): **A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividades**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

LANDINI, Sonia Regina. Significado e sentido do trabalho docente: as contradições no trabalho e sua relação com os quadros de adoecimento psíquico. In: MONFREDINI, Ivanise (Org.). **Políticas educacionais, trabalho e profissão docente**. São Paulo: Xamã, 2008.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente, políticas educacionais e instituição escolar. In: MONFREDINI, Ivanise (Org.). **Políticas educacionais, trabalho e profissão docente**. São Paulo: Xamã, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã, 1º capítulo**: seguido das teses sobre Feuerbach. Tradução por Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002. (Tradução de Die Deutsche Ideologie).

OLIVEIRA, Dalila Andrade; AUGUSTO, Maria Helena G. Gestão escolar e trabalho docente nas redes públicas de ensino em Minas Gerais. In: MONFREDINI, Ivanise (Org.). **Políticas educacionais, trabalho e profissão docente**. São Paulo: Xamã, 2008.

. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001.

OLIVEIRA, João Ferreira; FERREIRA, Suely. As influências da reforma da educação superior no Brasil e na União Europeia nos papéis sociais das universidades. In: OLIVEIRA, João Ferreira (Org.). **O campo universitário no Brasil: políticas e processos de reconfiguração**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.